



Interpeleção Oral

Aperfeiçoamento do mecanismo de formação profissional

A formação profissional é uma actividade educativa e formativa que responde às necessidades do desenvolvimento económico e social, e visa desenvolver e melhorar a qualidade e a capacidade profissional das pessoas à procura de emprego e dos trabalhadores em funções. A formação profissional permite prosseguir a educação regular e também suprir as suas insuficiências. O reforço da formação profissional e o estabelecimento de um sistema de formação profissional completo para toda a população activa são fundamentais para resolver os conflitos estruturais no emprego, e promover e estabilizar o emprego, e são inevitáveis para acelerar as mudanças no desenvolvimento económico e a diversificação adequada da economia.

Actualmente, faltam em Macau os objectivos gerais do desenvolvimento da formação profissional e o respectivo planeamento institucional, e também uma entidade especializada para coordenar o desenvolvimento e o planeamento das acções de formação profissional. A ausência de um mecanismo de coordenação e ajustamento da formação profissional implica uma maior arbitrariedade e falta de regimes e medidas eficazes, especialmente quanto à garantia das medidas do regime jurídico, afectando, assim, a qualidade da formação profissional. Em comparação com os países e regiões avançados, existe ainda um grande fosso entre a função global da



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

formação profissional de Macau e a formação do sistema.

A fim de promover a formação profissional em Macau para melhor responder às necessidades de desenvolvimento a longo prazo da RAEM, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O “Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados” (adiante designado por “Regulamento”), elaborado pelo Governo em 2004, estipula que o Fundo de Segurança Social (FSS) utiliza as dotações específicas previstas no orçamento da RAEM para apoiar os desempregados locais, os portadores de deficiência e os jovens à procura do primeiro emprego, e realizar acções de formação para promoção do emprego. Com a melhoria contínua da situação socioeconómica, a taxa de desemprego tem estado num nível relativamente baixo nos últimos anos, os pedidos de subsídios previstos no Regulamento têm vindo a diminuir e o montante da atribuição destes, a descer. Até Novembro de 2019, o respectivo saldo era de cerca de 160 milhões de patacas. No início da elaboração do Regulamento, o FSS ainda estava sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças, mas, a partir de 2011, o FSS foi transferido para a área da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura. O montante do apoio financeiro para a formação é concedido após a decisão do FSS, mas a decisão tem de ser homologada pelo Secretário para a Economia e Finanças. Este tipo de operação intersecretarias afecta, de certo modo, a utilização dos recursos de formação, impedindo o bom desenvolvimento dos seus trabalhos. Mais, o serviço público



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que realiza as acções de formação profissional é a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), portanto, o respectivo regime de atribuição de funções não é adequado. O Regulamento já está em vigor há 16 anos, portanto, é necessário rever o respectivo regime. O Governo já iniciou os trabalhos de revisão, transferindo os recursos e os trabalhos de formação para a DSAL, a fim de aproveitar melhor os recursos, racionalizar as funções e promover melhor o planeamento e o desenvolvimento dos trabalhos de apoio ao emprego e de formação? Qual é o ponto da situação?

2. Em 1996, o Governo português de Macau promulgou o Decreto-Lei n.º 51/96/M, que criou o Conselho Coordenador de Formação Profissional, subordinado directamente ao Governador, para gerir as funções da formação profissional dos diversos serviços, coordenando todas as actividades de formação profissional de Macau. Mas, desde a sua criação, o referido Conselho nunca conseguiu surtir efeitos, como se fosse inexistente. Após o retorno à Pátria, o Governo criou, em 2002, 2007 e 2014, respectivamente, o Conselho de Desenvolvimento de Recursos Humanos, o Conselho de Desenvolvimento Económico e o Conselho de Desenvolvimento de Talentos, com funções sobrepostas, embora com designações diferentes. Mais, não conseguem coordenar eficazmente o desenvolvimento e o planeamento das acções de formação profissional, e estas não conseguem acompanhar o desenvolvimento acelerado da economia e da sociedade. O Conselho Coordenador de Formação Profissional continua a funcionar eficazmente? Actualmente, existem vários Conselhos Consultivos com atribuições de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

formação de recursos humanos, sobreposição de funções, falta de coordenação e poucos efeitos. Em articulação com as necessidades de desenvolvimento a longo prazo da RAEM, qual vai ser o serviço público responsável pela coordenação e planeamento dos trabalhos de formação profissional de Macau, para esta produzir os devidos efeitos?

3. Os diplomas legais de Macau em matéria de formação profissional carecem de um carácter sistemático e geral, o que dificulta o pleno desempenho das suas funções globais, e alguns deles estão em vigor há mais de 20 anos. Quando é que as autoridades vão rever, consolidar e otimizar os vários diplomas legais relativos à formação profissional e definir um programa de formação profissional que corresponda aos interesses gerais de Macau, de modo a orientar melhor a promoção da formação profissional?

16 de Abril de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Lei Chan U